



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O USO DE *SMARTPHONES* NO APOIO ÀS AÇÕES EDUCACIONAIS E SUA
REGULAMENTAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

TIAGO ALVES REIS

BELO HORIZONTE

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O USO DE *SMARTPHONES* NO APOIO ÀS AÇÕES EDUCACIONAIS E SUA
REGULAMENTAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Professora Jaqueline Silva Figueiredo Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tiago Alves Reis

O USO DE *SMARTPHONES* NO APOIO ÀS AÇÕES EDUCACIONAIS E SUA REGULAMENTAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Professora Doutora Jaqueline da Silva Figueiredo Pereira (Orientadora)

Tiago Alves Reis (Cursista)

Dedico este trabalho à minha mãe, meus amigos Juarez Gomes e Juliana Retto, os quais têm acompanhado toda minha trajetória durante o curso de Especialização em Gestão Escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à toda equipe da FAE/UFMG (Faculdade de Educação da Universidade de Minas Gerais, especialmente à Professora Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira pelas orientações e todo conhecimento democratizado para o desenvolvimento e conclusão do curso de Especialização em Gestão Escolar.

Antes mundo era pequeno, porque Terra era grande.
Hoje mundo é muito grande, porque Terra é pequena.
Do tamanho da antena parabólica.

Parabolicamará / Gilberto Gil

RESUMO

Este Trabalho foi desenvolvido com o intuito de analisar o Projeto Político e Pedagógico da Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, localizada no Município de Maripá de Minas. De acordo com o que foi observado ficou-se entendido que o Projeto Político não define uma regulamentação específica a respeito do uso de dispositivos móveis como apoio às práticas pedagógicas. Esse assunto torna-se relevante e muito polêmico, já que na construção coletiva e democrática do documento, no chegou-se a um consenso acerca da utilização desses recursos. O presente trabalho, propõe uma análise da mediação do uso dos dispositivos caracterizando experiências e teorias que defendem a utilização ou não do instrumento.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias da Informação e Comunicação; dispositivos móveis; *smarthphones*; Projeto Político Pedagógico; Tecnologia em sala de aula.

ABSTRACT

This work was developed in order to study the Political and Educational Project of the State School Prefeito Walter Trezza, located in the municipality of Maripá de Minas. According to what was observed was been acknowledged to the Political Project does not define specific rules regarding the use of mobile devices as support for pedagogical practices. This issue becomes relevant and very controversial, since the collective and democratic construction of the document, we arrived at a consensus on the use of these resources. This paper proposes an analysis of the use of mediation devices featuring experiences and theories that advocate the use or not of the instrument.

KEYWORDS:

Information and Communication technologies; mobile devices; smartphones; Political Pedagogical Project; technology in the classroom.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 – CIBERCULTURA E CIBERESPAÇO.....	13
1.2 – <i>INTERNET</i> E A EDUCAÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.
2- TECNOLOGIA E A EDUCAÇÃO 3.0 – UMA ALIANÇA NECESSÁRIA.....	21
3- NA CONTRAMÃO A LEGISLAÇÃO	21
4- LEGISLAÇÃO	21
CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, localizada no Município de Maripá de Minas construiu seu Projeto Político Pedagógico sob uma perspectiva de participação democrática envolvendo direção, equipe pedagógica e comunidade escolar. A elaboração do documento baseou-se na perspectiva da gestão democrática e proporcionou uma reflexão dos desafios e superações vivenciados, numa tentativa da definição da normatização e diretrizes a serem tomadas e definidas para a instituição.

Diante dos diversos temas discutidos, muito se pensou e verbalizou-se sobre a utilização dos recursos das Tecnologias da Informação e da Comunicação como apoio às ações educacionais, aprovando a necessidade e o incentivo ao uso de recursos tecnológicos disponíveis na escola, porém, com ressalvas à utilização dos *smartphones*. A utilização desses dispositivos sem mediação permite que alunos acessem além da internet, jogos diversos, redes sociais e aplicativos desnecessários, que acabam por interferir na atenção necessária às aulas expositivas, onde o protagonismo dos professores e alunos é inerente ao ensino e aprendizado de forma eficiente. Diante desse impasse, o Projeto Político Pedagógico não estabeleceu normas pautadas nas peculiaridades da instituição na regulamentação e promoção do uso dos dispositivos móveis.

Há alguns anos, as tecnologias digitais vêm renovando e revolucionando salas de aula ao redor do mundo, portanto, a proposta deste trabalho leva a reflexão e discussão sobre os caminhos que possam melhorar a qualidade da educação na instituição, sempre buscando soluções que acreditamos ajudar a garantir o sucesso dos alunos na escola e na vida.

A necessidade da utilização dos *smartphones* no processo educativo se depara com a legislação estadual vigente, que os proíbe sua utilização desde 2002. Portanto, muito há de se discutir o momento da sanção da determinada lei, a legitimidade da legislação e ressaltar as potencialidades do uso das Ticos como instrumentos favoráveis ou não à educação.

1 – CIBERCULTURA E CIBERESPAÇO

No contexto da sociedade globalizada e tecnológica, há uma constante mudança nas relações de comunicação presentes na contemporaneidade e inevitavelmente inserem-se nos ambientes escolares. Tempos e espaços inéditos tornam-se presentes no meio social e educacional. A globalização, caracterizada pelo processo histórico, iniciado desde o período das grandes navegações desde o século XV, evoluiu de uma forma muito dinâmica na história do tempo presente e rompeu com uma ordem geopolítica e comercial baseada nos conceitos de Estado e Nação. As fronteiras territoriais foram extintas com o advento das recentes e modernas tecnologias de informação e comunicação e fez com que o mundo antes tão grande e com a troca de informações restritas, passassem por um processo de grande dinamização. Os mercados foram integrados e unidos, ampliando seu poder de comunicação, tornando-as instantâneas. Atualmente, as relações sociais não mais estão presas ao meio local, físico e se expandem, em possibilidades e ambientes globais.

A *internet* tornou-se o objeto de sedução da sociedade contemporânea, substituindo, em grande escala, os tradicionais meios de comunicação visual. “Além dos impressos (jornais, revistas), da televisão, do rádio, dos outdoors, outro espaço que se tornou de grande impacto sobre o cidadão é a internet.” (OLIVEIRA, 2011, p 06.).

Refletir sobre a cibercultura é necessário nos tempos atuais, pois há uma mudança na sociedade que não é possível ficar indiferente. Segundo Pierre Levy (1998), há um impacto social causado pelo computador e suas tecnologias inteligentes na sociedade. O ciberespaço, de acordo com o autor, é o local em que a cibercultura emerge e se transforma. Manuel Castells (1999) apresenta também um novo paradigma tecnológico. O desenvolvimento tecnológico propiciou diferentes formas de comunicação e interação entre diversos e variados indivíduos caracterizando assim a chamada sociedade em rede. Os espaços confinados da sociedade foram ampliados devido aos dispositivos que conectam e informam. “Os processos de transformação social sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera das relações sociais e técnicas de produção: afetam a cultura

e o poder de forma profunda" (Castells, 1999, p. 504). Antes da Internet, as diferenças na comunicação entre comunidade e audiência eram fundamentalmente determinadas pela mídia. No entanto, a evolução de recursos tecnológicos atualmente disponíveis, como, por exemplo, a banda larga, o acesso à internet por dispositivos móveis e o desenvolvimento de linguagens novas acabaram permitindo a criação de novas ferramentas, em que a publicação online e o acesso a conteúdos é facilmente realizada pelos internautas, bem como a facilidade de interação, ocasionando assim uma mudança significativa de hábitos.

1.2 INTERNET E A EDUCAÇÃO

A revolução tecnológica mudou a forma de nos comunicarmos e de nos relacionarmos uns com os outros. Essa realidade já faz parte do cotidiano dessa nova geração de crianças e adolescentes, os chamados "nativos digitais", que nasceram e cresceram com as tecnologias digitais presentes em sua vida. Essa revolução, além de oferecer aparelhos e equipamentos que podem facilitar seu trabalho e despertar a atenção dos alunos em sala, também dá acesso a uma abundância de informações e de meios de comunicação e de expressão que estimulam a curiosidade, a exploração do mundo e a autonomia dessas crianças e jovens.

Essa sociedade conectada 24 horas por dia, que dá voz a qualquer pessoa com uma opinião e um *smartphone* na mão, exige dos professores conhecimentos e habilidades diversos para que o se possa atuar com segurança e sucesso nesta era da informação e comunicação. Alguns desses conhecimentos e habilidades têm sido chamados de "competências do século XXI". Percebe-se que, em todos os meios, os recursos tecnológicos fazem-se presentes. O advento da informatização nas últimas décadas, em vários segmentos sociais encontrou barreiras no modelo/estrutura de escola, para tanto, foi imprescindível a capacitação dos professores tanto nas esferas públicas e privadas, para que os docentes abandonassem o analfabetismo digital e passassem agregar os conhecimentos relacionados às tecnologias dentro das instituições escolares.

Foi-se a época do giz branco e do quadro-negro. Hoje, o educador deve estar atualizado com as necessidades do mundo atual, organizando situações de aprendizagem que contemple a relação teoria/prática voltada para a reconstrução de conhecimentos. Conforme explicam Ribeiro & Schons & Battisti (2008), nesse sentido, as ferramentas da Web possibilitam um ambiente de fomento para o trabalho colaborativo e estímulo à escrita, provendo uma comunicação mais rica e dinâmica. Os conceitos da *Web* permitem o compartilhamento de conhecimentos. Em todos os níveis, é um canal fácil de interação, um ambiente colaborativo, que abre espaço para diversas possibilidades na área da educação.

Pode-se afirmar, portanto, que as ferramentas da *Web 2.0* possibilitam a construção de inteligências coletivas e que estamos diante de um paradigma, ainda em fase de construção dos construtos, porém sua validação torna-se determinante para fomento de uma nova sociedade do conhecimento, alicerçada na interatividade e na comunicação multisensitiva entre os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (RIBEIRO & SCHONS, 2008, p.15).

Sendo assim, este recurso além de potencializar o processo de ensino aprendizagem, também os prepara para o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e carente de profissionais competentes para as novas tecnologias. Na educação, não é diferente. Há o crescente apoio das tecnologias e utilização das ferramentas para melhorar o ensino-aprendizagem, quebrando paradigmas. Assim, os professores utilizam, atualmente, nas escolas de vários recursos que auxiliam no aprendizado, entre eles os *smartphones*. Esta ferramenta propicia maior contato com as pessoas e estabelece um elo entre professor e educandos.

2- TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO 3.0 – UMA ALIANÇA NECESSÁRIA

Segundo Thomas L. Friedman (jornalista, escritor e editorialista) divide a globalização em três grandes etapas. A globalização 1.0, fundamentada pelos países precursores da industrialização, da máquina à vapor, do avanço do imperialismo interligaram o mundo de então. Tem o início com a “descoberta” do

novo mundo em 1492 e se estende até o século XVIII reduzindo o mundo de grande para médio.

A globalização 2.0 transformou o mundo de médio para pequeno. As multinacionais tiveram papel fundamental neste processo buscando expandir seus mercados e utilizando mão de obra barata, seus efeitos são claramente vistos na queda dos custos em transporte e diminuição dos gastos com comunicação. Nesta fase, temos o advento da economia global. A globalização 2.0 abarcou o período de 1800 a 2000.

Na sequência, a partir dos anos 2000, ocorre a globalização 3.0 convertendo o mundo de pequeno para minúsculo e se define pela capacidade dos indivíduos de interagirem, colaborarem e concorrerem em âmbito universal.

A globalização 3.0 entrará para a história similarmente às grandes revoluções que promoveram transformações no papel dos indivíduos, na gestão das empresas, na configuração de governos, no modo de inovar, na maneira de ensinar, no jeito de aprender, na expressão da arte, na condução da ciência, na maneira de disponibilizar e na forma de distribuir educação. Talvez nada disso fosse possível sem a ruptura da tecnologia de informação. (FAVA, 2014 p.33)

A criação da “*World Wild Web*” foi a alavanca fundamental para o grande acesso a toda forma de informação de maneira mais democrática.

Os seres humanos têm necessidade inata de inovar, de se relacionar. Entretanto, o novo assusta, amedronta, intimida. A exemplo dos grandes inovadores, se não procuramos agir de forma diferente, sendo receptivos às novas ideias, o espírito se torna acanhado, estreito, fechado. (FAVA, Rui)

A internet tem esse poder, permitindo que seus usuários se conectem e se relacionem como nunca antes, possibilitou que toda essa gente interligada buscasse muito mais à simples troca de *e-mails*. Toda a forma de interação no trabalho, no meio social, na busca de informação propriamente dita.

A mesma internet, os *softwares* de busca, as redes sociais proporcionam a todos navegar num oceano de dados e informações jamais disponíveis, a informação e a comunicação eram privilégio de poucos.

A questão da formação de professores para o uso das tecnologias têm sido tema de inúmeras discussões no meio educacional. Em geral, o professor ao se deparar com obstáculos que dificultam sua prática, seja pela falta de formação ou pela inconsistência de métodos que direcionem as dinâmicas em sala de aula, faz com que o docente perca o interesse em novas experiências.

A formação de professores torna-se uma necessidade condicional em suas práticas associadas à realidade escolar no século XXI, porém exige dos formadores, não só elementos para que ele construa conhecimento sobre computadores, mas que o ajudem a compreender como e porque integrar o computador à sua prática pedagógica.

A falta de capacitação e adaptação à utilização de recursos digitais em sala de aula impede que o professor consiga superar suas próprias barreiras e criar condições para se atingir os objetivos pedagógicos a que se propõe. Essa falta de conhecimento determina uma grande discrepância de conhecimentos entre professores e alunos, já que os professores possuem o conhecimento do conteúdo mas muitas vezes não possuem habilidades relativas à tecnologia, gerando falta de mediação dos meios e conseqüente indisciplina e ineficiência da utilização dos recursos digitais. O êxito de uma escola se dará não só por conteúdos elaborados com eficiência e constantemente atualizados, mas pela proposta de um ensino bem fundamentado, no qual se ofereçam ao docente, requisitos didáticos detalhados e aulas modelo desenvolvidas de forma coletiva, adaptando-as às diversas mídias e ao cotidiano dos educandos através de objetos de aprendizagem como jogos, animações, simulações, pela capacidade de ensinar com desafios e a permanente busca da autoaprendizagem.

Para que haja eficiência no processo de organização, escolha e disponibilização de conteúdos deverá em um sistema de avaliação que possa constatar a evolução do aprendizado. Daí a relevância de um ensino estruturado.

3- NA CONTRAMÃO A LEGISLAÇÃO

Tão contemporânea quanto seu próprio aparecimento é a discussão, nas instituições escolares, sobre como regulamentar a utilização cada vez mais intensa de smartphones no ambiente escolar. Sem orientações formais por parte de órgãos públicos, o tema foi abordado no debate da Unesco que, em 2013, lançou o guia “Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel”. No documento, a instituição propõe a utilização da tecnologia nas disciplinas que, entre outros benefícios, pode

permitir a aprendizagem a qualquer hora, em qualquer lugar, e criar uma ponte entre a educação formal e a não formal.

Segundo essas diretrizes:

A aprendizagem móvel é um ramo da TIC na educação. Entretanto, como usa uma tecnologia mais barata e mais fácil de ser gerenciada individualmente do que computadores fixos, a aprendizagem móvel requer um novo conceito para o uso de modelos tradicionais na implementação de tecnologias. (UNESCO, 2013, p9.)

Nessa perspectiva, confere-se a utilização dos dispositivos móveis com acesso à *Web*, o mesmo papel definido pelos laboratórios de informática na promoção de ações educacionais. Desde a democratização da utilização de microcomputadores nas últimas décadas, este equipamento tornou-se comum nas escolas públicas do Estado de Minas Gerais. Diante desta realidade, propostas pedagógicas vinculadas aos laboratórios são muitas vezes incentivadas pela Secretaria Estadual de Educação ou pelas próprias instituições escolares. Essa utilização muitas vezes tornou-se ineficaz, devido à incompatibilidade do número de computadores ofertados em relação do número de alunos das instituições, ora pela falta de manutenção aos laboratórios de todo o estado, que em diversos momentos tornou-se inoperante e ineficaz.

Os dispositivos móveis constituem-se como uma possibilidade de democratização de acesso à *Web* no ambiente escolar, diante do crescente número alunos que possuem acesso a esses recursos. Numa conjuntura determinada pela ineficiência do estado na garantia da democratização do acesso à internet como recurso associado ao processo de construção do conhecimento, estabelece-se a necessidade da utilização desses dispositivos, conforme recomendação da Unesco:

Historicamente, computadores e projetos de aprendizagem eletrônica (e-learning) foram limitados devido aos equipamentos caros, delicados, pesados e mantidos em ambientes muito controlados. No entanto, pressupõe-se projetos de aprendizagem móvel em que os estudantes tenham acesso à tecnologia de forma ininterrupta e, em grande parte, não regulada. A disponibilidade sempre crescente de tecnologias móveis requer que os formuladores de políticas reflitam e reanalise os potenciais da TIC na educação. Essas diretrizes visam a auxiliar esse esforço, detalhando

vários benefícios específicos da aprendizagem móvel, bem como recomendando políticas de alto nível. (UNESCO, 2013, p9.)

Em consonância com a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu art. 32, que confere o “entendimento da tecnologia”, observa-se a necessidade da utilização de tais recursos que crescentemente fazem parte do universo dos “nativos virtuais”, denominados por Rui Fava como geração “Y” em sua publicação Educação 3.0, como recursos próprios que não oneram o estado porem constituem-se como importante recurso disponível para melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

4- LEGISLAÇÃO

A utilização dos celulares desde os anos 70, sua evolução e democratização de seu uso no Brasil a partir dos anos 2000, possibilitaram uma revolução na comunicação. Os crescentes e intermitentes avanços tecnológicos propiciaram o advento da utilização de inúmeros recursos dos dispositivos móveis. Desde a simples conversação e troca de mensagens de texto, os celulares transformaram-se em sua última geração em instrumentos que viabilizam além desses recursos, o acesso irrestrito à *Web* e à utilização de uma infinidade de aplicativos.

Com sua crescente popularização e acesso em todas as esferas e espaços sociais, o celular passa ter seu uso irrestrito e indiscriminado em escolas, igrejas, teatros, cinemas etc., gerando desconforto no convívio social.

Acerca da regulamentação de seu uso, a fim de limitar e inibir sua sonoridade e conversação em espaços públicos, legislações tornaram-se pertinentes. No Estado de Minas Gerais a primeira medida regulamentadora foi na discussão do projeto de lei N 1.254/2000. Este, dispõe sobre a proibição do uso de telefones celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas e dá outras providências, em seu artigo 1º. determina que: fica proibida a utilização de telefone celular em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas, durante as respectivas atividades. Em seu parágrafo único, a proibição prevista no “caput” do artigo limita-

se à conversação ao telefone e ao soar de sua campainha, sendo admitidas as demais funções do equipamento que não gerem incômodo aos circunstantes.

CONCLUSÃO

O uso dos celulares, traz não apenas benefícios, mas em alguns casos, gera transtornos e dificuldades. Existe certa ética quanto ao uso do celular, que não é explícita, mas oculta e imperceptível.

Sabe-se, por exemplo, que em conformidade com a lei vigente no Estado de Minas Gerais, em locais públicos, como cinemas ou teatros, é preciso desligar os celulares ou, na melhor das hipóteses, deixá-lo em modo silencioso, para que os demais presentes não sejam incomodados em caso de telefonema. Entende-se portanto que essa regulamentação seja seguida por todos, mas realmente não é o que ocorre.

Essa realidade permeia a sala de aula. Existem problemas relacionados à ética quanto ao uso de telefones celulares que, deve começar com os profissionais que atuam nas escolas. Diretores, coordenadores, orientadores, funcionários em geral e, principalmente os professores, devem desligar seus aparelhos quando estiverem trabalhando ou, caso seja necessário e regulamentado no Projeto Político Pedagógico da instituição, utiliza-los para fins específicos e vinculados à práticas pedagógicas.

Em sala de aula, o uso dos dispositivos móveis pode interferir de forma negativa no andamento das ações pedagógicas dos docentes. Portanto, o exemplo começa com a ação do próprio professor e, depois, deve ser combinado com os alunos, seguido das devidas explicações, ou seja, dos motivos que levam a proibição em determinados momentos e ambientes.

Certamente, a utilização dos aparelhos pode tirar o foco dos alunos e em muitos momentos, ser utilizado para fins indevidos, como passar respostas em avaliações individuais.

Outra preocupação, recorre ao grande número de aplicativos disponíveis como vídeos, fotos ou acesso a *internet*, que proporcionam que os alunos fiquem dispersos e, sem atenção nas atividades desenvolvidas pelos professores, por exemplo, interferindo na queda de rendimento, trabalhos não realizados, a falta de anotações de conteúdos.

Por outro lado, os dispositivos móveis não precisam ser vistos apenas como problemas ou dificuldades. Além de canais de comunicação com as famílias e os amigos, ou mesmo entre a escola e os alunos, estes aparelhos podem ainda se tornar elementos de aprendizagem, incluindo-os em práticas pedagógicas.

As peculiaridades destes equipamentos, cada vez mais sofisticados, contando com recursos como câmeras, gravadores de áudio, calendários, comunicadores instantâneos, calculadoras e o tão cotidiano acesso pelos alunos à *internet*, possibilitam a criação de projetos e ações pedagógicas que não podem e nem devem ser desprezadas.

Entrevistas, banco de imagens, gravação de minidocumentários, elemento de comunicação entre alunos e dos estudantes com os professores, envio de mensagens sobre dúvidas e avaliações, utilização de agendas dos celulares para organização da vida escolar, são algumas das possibilidades de trabalho com celulares em sala de aula. Há inúmeras outras que podem ser pensadas e criadas pelos professores, se transformando em projetos que, com certeza, serão bastante atraentes pela perspectiva dos nativos digitais.

Neste sentido, conclui-se que, ao mesmo tempo em que estes dispositivos devem sofrer algumas restrições de uso nas salas de aula, para evitar conflitos e um eficaz melhor andamento das ações pedagógicas, se discutido e regulamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e mediado pelo docente, pode tornar-se num elemento de trabalho educacional com a criação de projetos que o incluam como ferramenta de pesquisa e produção.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698p.

FAVA, Rui. Educação 3.0. São Paulo: Saraiva, 2014. Educação 3.0.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da Inteligência – O futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1998.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de; FERNANDES, Adélia Barroso; CARMO, Flávia Cristine do. Espaço público, mídia e novas tecnologias: a internet como um novo lócus da disputa política. Belo Horizonte, 2006, mime-o, 42p.

RIBEIRO, A.C; Sonos, C.H. A contribuição da Web 2.0 nos sistemas de educação online.
36

Disponível em: http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/G/G_140.pdf Acesso em: maio 2014.

UNESCO: *Policy guidelines for mobile learning*, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
“PREFEITO WALTER TREZZA”**

**FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA DETONI
JULIANA PARADELA RETTO
TIAGO ALVES REIS
TURMA 04**

**MARIPÁ DE MINAS - 2014
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
“PREFEITO WALTER TREZZA”**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Sérgio Silva do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**MARIPÁ DE MINAS - 2014
SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	04
1.1 Filosofia da Escola.....	05
1.2 Missão da Escola.....	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	06
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	06
2.2 Espaço Físico e Equipamentos Mobiliários.....	06
2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	07
2.4 Estrutura Organizacional Financeira.....	07
3. CURRÍCULO.....	09
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	12
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	15
7. AVALIAÇÃO.....	17
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
9.REFERÊNCIAS.....	22

INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento é demonstrar a proposta político pedagógica da Escola Estadual Prefeito Walter Treze, considerando as legislações educacionais vigentes.

Durante sua elaboração buscou-se todo um embasamento teórico e envolvimento da comunidade escolar, acima de tudo reconheceu-se a importância da Proposta Pedagógica para o âmbito escolar visando a construção de um espaço de troca e construção de saberes.

Inicialmente foi abordada a finalidade da Escola Estadual Prefeito Walter Treze, sua filosofia e sua missão dentro da perspectiva de oferecer aos educadores, alunos, pais, gestores e funcionários, o desenvolvimento de ações cooperativas, eficazes, renovadoras e acima de tudo uma educação de qualidade.

Abordou-se toda Estrutura Organizacional da Escola, desde a Estrutura Administrativa, Pedagógica, Física e Financeira.

Destacou-se aqui o Currículo que é seguido atualmente pela Escola e as diversas possibilidades de criação/recriação deste currículo no cotidiano.

Tempos e Espaços Escolares, Processo de Decisão e Relação de Trabalho também tiveram destaque, visto que são fatores primordiais para o sucesso de todo processo pedagógico e administrativo.

E finalizando falou-se na Avaliação que envolve uma reflexão sobre a nossa prática cotidiana, sobre o currículo e o planejamento que estamos desenvolvendo.

Concluiu-se que todas as questões propostas no Projeto Político Pedagógico devem levar em consideração o aluno, que conforme previsto nas legislações educacionais e na própria Constituição Federal, como todo o cidadão tem direito de acesso e permanência na escola e cabe a esta instituição preservar e garantir que este direito seja resguardado.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Estadual Prefeito Walter Treze, trabalha na perspectiva de oferecer aos educadores, alunos, pais, gestores e funcionários, o desenvolvimento de ações cooperativas, eficazes, renovadoras e acima de tudo uma educação de qualidade.

Dentro desta linha de pensamento o Projeto Pedagógico da E. E. Prefeito Walter Treze é compreendido como processo de ação participativa grupal com toda a comunidade interagindo em função das necessidades, interesses e objetivos comuns. Examinando/analizando a realidade local educacional, na tentativa de proporcionar condições para que o aluno compreenda onde e como está inserido e, assim, possa exercer sua cidadania, consolidando e aprimorando os conhecimentos adquiridos desde a Educação Infantil, possibilitando o prosseguimento de estudos.

Conforme descreve Veiga (2003, p.268), “é preciso construir um projeto político-pedagógico de educação básica e superior de qualidade, comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população.”

A educação é uma necessidade de todo cidadão, além de ser direito previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O desafio é sair da postura reprodutiva, oferecendo indicações que facilitem o aprender e o saber pensar. Formando assim um aluno com competências cognitivas, atitudinais, relacionais, comunicacionais e cooperativistas, necessárias para que ele atue plenamente na sociedade, preparando-o para o trabalho, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade e novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

Segundo Jacques Delors (1998):

A prática pedagógica deve preocupar-se em desenvolver quatro aprendizagens fundamentais, que serão para cada indivíduo os pilares do conhecimento: **aprender a conhecer** indica o interesse, a abertura para o conhecimento, que verdadeiramente liberta da ignorância; **aprender a fazer** mostra a coragem de executar, de correr riscos, de errar mesmo na busca de acertar; **aprender a conviver** traz o desafio da convivência que apresenta o respeito a todos e o exercício de fraternidade como caminho do entendimento; e, finalmente, **aprender a ser**, que, talvez, seja o mais importante por explicitar o papel do cidadão e o objetivo de viver. (DELORS, 1998, p.91, grifo do autor)

1.1. Filosofia da Escola

O ser humano realiza aprendizagem durante toda a sua vida. Primeiramente dentro do convívio familiar e logo após é inserido na sociedade para que possa contemplar as múltiplas dimensões do seu ser enquanto homem, enquanto sujeito inserido em um determinado contexto.

Neste sentido a Escola Estadual Prefeito Walter Treze busca salientar o papel do professor e do aluno na consolidação do conhecimento, dentro de uma concepção sócio interacionista, trabalhando a interdisciplinaridade e transversalidade. Pautando-se nos padrões de qualidade de ensino na ótica da UNESCO, “ressaltando a relevância, pertinência, a equidade, a eficiência e a eficácia.”

1.2. Missão da Escola

Conforme consta na Proposta Pedagógica da Escola Estadual Prefeito Walter Treze, 2013, p. 07, verifica-se que uma das funções da escola é:

Formar cidadãos que dêem ênfase especial aos valores e atitudes universais, destacando-se a fé, a esperança, a solidariedade, a competência, a liberdade com responsabilidade, a coerência, o respeito, a honestidade, a dignidade e a justiça.

Desta maneira a E. E. Prefeito Walter Treze, oportuniza situações de problematização para que o aluno possa adquirir novos conceitos e reelaborar os já existentes, sistematizando e organizando os conhecimentos, desenvolvendo habilidades e competências.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Estadual Prefeito Walter Treze funciona em prédio próprio e coabita com a Escola Municipal Antônio Ferreira Martins. Conta com várias salas de aulas, uma biblioteca, duas salas para a direção (uma para uso da Escola Walter Treze e outra para uso da escola Ferreira Martins), duas secretarias, duas despensas de merenda, um depósito de materiais e utensílios, uma cantina, dois banheiros masculinos e dois femininos para uso dos alunos e funcionários, uma varanda, um refeitório, um pátio, uma quadra e uma horta.

Atualmente a escola funciona em dois turnos (matutino e noturno) e possui cinco turmas de ensino médio sendo, 01 de primeiro, 02 de segundo e 02 de terceiro ano.

A biblioteca funciona para uso das duas escolas com acervo separado por modalidade de ensino.

O quadro de pessoal conta com 01 Diretor, 01 Especialista da Educação Básica, 01 Secretário, 01 Auxiliar Técnico Financeiro, 02 Auxiliares de Serviços da Educação Básica e 10 Professores do Ensino Médio Regular. Todos os professores possuem graduação e pós-graduação (conforme consta nas fichas individuais dos docentes).

2.2. Espaço Físico e Equipamentos Mobiliários

A escola apresenta uma boa estrutura física bem equipada com recursos pedagógicos e audiovisuais facilitando o trabalho de todos.

Todas as salas de aula são equipadas com lousa e armário, ventilador de teto, mesas e cadeiras, em ótimo estado de conservação, para professores e alunos. A cantina possui 2 fogões, 2 geladeiras, 2 freezer, 2 liquidificadores, panelas, pratos, copos, garfos e colheres, suficientes para atender todos os alunos.

As duas diretorias e as duas secretarias estão equipadas com armário, arquivos, mesas, cadeiras, aparelho de som, ventilador, computador e impressora, data show.

A biblioteca conta um acervo bibliográfico adequado a faixa etária, material didático pedagógico de suporte para os professores, televisão, aparelho de DVD, computador, impressora, ventilador.

Segundo Dourado “a existência de um ambiente escolar adequado é diretamente relacionado à questão do desempenho dos estudantes” (DOURADO, 2014, p.11).

2.3. Estrutura Organizacional Pedagógica

As reuniões pedagógicas e administrativas ocorrem uma vez por semana entre professores, especialista e direção e são previstas no calendário escolar.

Como a escola é de responsabilidade do Estado, todos os professores contam com um horário de estudo dentro da escola, denominado de módulo, e neste momento acontecem reuniões pedagógicas individuais, onde a coordenadora pedagógica auxilia todo o trabalho.

São ministradas reuniões bimestrais com os pais para esclarecimento das atividades da escola e são eles também convidados para reuniões individuais sempre que se fizer necessário.

Todo o trabalho pedagógico é organizado para atender da melhor maneira possível o docente/discente, como sugere Cury (2010) “a função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição de discriminações” (p. 7).

Dentro desta linha de pensamento a escola organiza momentos de trabalho de campo, onde os alunos têm a oportunidade de vivenciar na prática o que aprenderam dentro de sala de aula.

2.4. Estrutura Organizacional Financeira

A Escola se mantém com os recursos federais (PDDE, PDE Escola, PNAE) e municipais, já que coabita com a Escola Municipal Antônio Ferreira Martins.

Neste sentido o município apoia todos os eventos que a escola propicia e ainda ajuda quando possível.

Faz uma complementação da merenda escolar e de alguns materiais como, papel ofício, de limpeza e de escritório.

3- CURRÍCULO

A Escola Estadual Prefeito Walter Trezza recebe as orientações curriculares da Secretaria de Estado de Minas e são fiscalizadas pela Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora.

Primeiramente vamos dialogar sobre a palavra currículo que tem sua origem em *curriculum* que significa pista de corrida (Silva, 2000). Ao refletirmos sobre este significado nos deparamos com situações de aprendizagem que levam em si um objetivo/meta.

Apropriando-se de Sacristán (1998), temos:

O currículo faz parte, na realidade, de múltiplos tipos de práticas que não podem reduzir-se unicamente à prática pedagógica de ensino; ações que são de ordem política, administrativa, de supervisão, de produção de meios, de criação intelectual, de avaliação, etc., em que, enquanto são subsistemas em parte autônomos e em parte interdependentes, geram forças diversas que incidem na ação pedagógica. Âmbitos que evoluem historicamente, de um sistema político e social a outro, de um sistema educativo a outro diferente. Todos esses usos geram mecanismos de decisão, tradições, crenças, conceitualizações, etc., que, de uma forma mais ou menos coerente, vão penetrando nos usos pedagógicos e podem ser apreciados com maior clareza em momentos de mudança (SACRISTÁN, 1998, p.22)

Seguindo o pensamento de Sacristan (1998), nos deparamos com o currículo da Rede Estadual de Minas Gerais que foi elaborado para que o educando adquira competência e habilidades necessárias para sua vida acadêmica, profissional e cultural.

Assim a grade curricular da Escola Estadual Prefeito Walter Treze segue a seguinte estrutura definida pela legislação atual:

- Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias:

Ciências / Biologia

Física

Matemática

Química

➤ Ciências humanas e suas tecnologias

Educação Religiosa

Geografia

História

➤ Linguagem Códigos e suas Tecnologias

Arte

Educação Física

Informática

Língua Portuguesa

➤ Temas Transversais

Ciências e Tecnologias

Consumo

Cultura

Meio-ambiente

Sexualidade

Pensando na construção do currículo e no contexto histórico do qual ele está inserido, Lima (2005) nos indica que:

Um currículo para a formação humana precisa ser situado historicamente, uma vez que os instrumentos culturais que são utilizados na medição do desenvolvimento e na dinâmica das funções psicológicas superiores se modificam com o avanço tecnológico e científico. Esta perspectiva do tempo é importante: novas áreas do conhecimento vão e formando, por desdobramento de áreas tradicionais do currículo (por exemplo, a ecologia a partir da biologia), ou são criadas como resultado de novas práticas culturais, *internet* e *web*, ou ainda pela complexidade crescente do conhecimento e da tecnologia. (LIMA, 2005, p.20)

Lembramos ainda que a Proposta Curricular da Escola Estadual Prefeito Walter Treze, disponibilizada pela SEE/MG é apenas um currículo base e que através de sua equipe pedagógica e docente procura-se sempre propiciar possibilidades para aquisição de novos conceitos.

Destacamos que toda a cultura local é trabalhada e vivenciada com os alunos para que o currículo tenha significado na sua formação humana.

Além da Grade Curricular como base, a escola também trabalha pautada nas diretrizes das avaliações externas, ENEM e Programa de Ingresso Seletivo Misto.

A Escola Estadual Prefeito Walter Treze, trabalha numa perspectiva de não fragmentar o currículo. É importante ressaltar que durante todo o planejamento pedagógico são realizadas oficinas para que as disciplinas aconteçam de forma multidisciplinar e contextualizada, mas infelizmente ainda contamos com o número reduzido de docentes que não conseguem se adequar, devido à falta de interesse.

4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A organização do tempo escolar na instituição é fator primordial para o sucesso e garantia de qualidade no processo de ensino aprendizagem. Pensando desta maneira a Escola Estadual Prefeito Walter Treze, se organiza de forma bimestral, embora tenha flexibilidade para alterações a qualquer momento para melhor aproveitamento deste tempo.

Seguindo a legislação vigente do Estado de Minas Gerais, conforme consta na Resolução SEE nº 2.197/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências, temos nos artigos:

Art. 11 - A jornada escolar no Ensino Fundamental deve ser de, no mínimo, 4 horas de trabalho diário, excluído o tempo destinado ao recreio.

Art. 12 - Respeitados os dispositivos legais, compete à escola proceder à organização do tempo escolar no ensino fundamental e médio, assegurando a duração da semana letiva de 05 (cinco) dias.

Art. 13 - Poderá ser organizado horário escolar, com aulas geminadas de um mesmo Componente Curricular, para melhor desenvolvimento do processo de ensino- aprendizagem. (SEE, 2012, p.20)

Os alunos são organizados em turmas totalizando de 35 a 40 alunos e são divididos em 2 ou 3 turmas de acordo com demanda do ano em curso. Quando há necessidade de duas turmas, a escola utiliza da heterogeneidade para organizar as mesmas.

O horário de aula é dividido e compreendido de 18h30min às 22h40min. Dentro desta carga horária temos 10 minutos de intervalo, dedicado aos alunos e professores para um “cafezinho”.

A grade curricular prevê 200 dias letivos de efetivo trabalho e um mínimo de 800 horas ao ano. Cada disciplina possui o modulo de 50 minutos. O calendário escolar também prevê um momento de estudos autônomos para os alunos que tiveram o aproveitamento insuficiente em alguma disciplina.

Dentro do tempo estruturado pela escola, temos o horário destinado ao planejamento do professor, previsto na Lei do Piso, de 1/3 da sua carga horária, que são cumpridos nos módulos dos professores.

Ressalta-se que todo tempo escolar tenha um objetivo, e que o aluno, ator principal deve ser analisado em todas as circunstâncias para que se obtenha um padrão de qualidade aceitável.

Cavaliere (2007) afirma que:

É preciso considerar ainda que, em cada circunstância histórica ou local, o tempo de escola é sempre função de diferentes interesses e forças que sobre ele atuam. Essas forças têm as mais diversas naturezas e origens, tais como o tipo de cultura familiar predominante, o tipo de visão acerca da formação geral da criança e do adolescente, o tipo de associação entre educação escolar e políticas públicas de assistência social ou de preparação para o trabalho. (CAVALIERE, 2007, p.1018)

A escola não participa de nenhum dos Programas Federais, Escola Aberta ou Escola em Tempo Integral, haja vista que a Escola Estadual Prefeito Walter Trezza coabita com a Escola Municipal Antônio Ferreira Martins assim sendo, não há espaço físico para atendera aos Programas Federais.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Estadual Prefeito Walter Trezza trabalha na perspectiva de democratização nas participações/decisões, assim com previsto na Constituição Brasileira, na LDB n. 9394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. A escola conta a formação de Grêmios, Colegiados e Conselhos, representantes significativos no desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico e na gestão da escola.

Além destas participações importantes para todo o processo, a escola conta com toda a comunidade escolar e Secretaria Municipal de Educação para ajudar na resolução de situações mais difíceis de tomada de decisão.

A Direção e Coordenação se responsabilizam pelo bom funcionamento da escola, da questão administrativa, financeira e pedagógica, sempre resolvendo tudo coletivamente.

Assim como sugere Souza (2010) a organização escolar é a base para que se obtenha o sucesso pretendido, na escola aqui citada a direção é eleita pela comunidade, facilitando assim todo diálogo necessário.

A direção das escolas públicas deve sempre ser preenchida através da escolha direta ou eleição, entre os integrantes da comunidade escolar, que devem indicar soberanamente o profissional da educação que será o seu representante junto ao poder constituído e junto à sociedade. (SOUZA, 2010, p. 02).

A direção da escola passa por um processo seletivo, após esta certificação acontece a eleição junto a comunidade.

A escola possui um colegiado, com representação de pais, funcionários, professores e alunos. O grêmio estudantil acontece de forma interna e não possui um regimento. Representa uma forma que a escola encontrou dos estudantes estarem participando mais ativamente das tomadas de decisão.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Quando falamos em “*Relações de Trabalho*” no espaço escolar não podemos nos esquecer de que a educação tem como base ser direito de todo cidadão, desta forma no ambiente da escola respeitar e ser respeitado é o que rege a tomada de decisão e a garantia de sucesso do processo educativo.

Para que se obtenha uma qualidade neste processo é preciso no mínimo manter um clima de organização para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico/administrativo harmônico, possibilitando uma discussão que proporcione uma multiplicidade de experiências.

Partindo do princípio que rege as políticas públicas, trabalhar com transparência é o fator principal da Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, esta é uma preocupação recorrente de descentralização do poder.

Segundo Furlanetto (2000):

(...) aprender a dizer o que realmente sentimos e pensamentos, por as cartas na mesa, buscar relações mais transparentes proporcionando um grande amadurecimento. Contatar seus sentimentos menos valorizados, seus lados sombrios e aprender a vê-los desvelados pelo outro não é tarefa fácil, mas um exercício que, feito de maneira cuidadosa, permite crescimento, fortalecimento dos vínculos. (FURLANETTO, 2000, p. 97)

Os conflitos mais comuns são aluno/aluno e professor/aluno. Os casos de conflitos com alunos dentro de sala de aula são resolvidos pelo próprio professor, quando essa estratégia não é possível, os alunos são encaminhados a direção, onde é atendido pelo pedagogo e pela direção. A família é sempre comunicada, por bilhetes ou são solicitadas a comparecer a escola.

De uma maneira geral a escola tenta administrar todos os conflitos internamente, mas quando estes conflitos excedem essas medidas pedimos o auxílio do conselho tutelar.

Quando se trata de conflitos diretamente com o professor, partimos inicialmente para o diálogo, se não for possível desta maneira existem sanções previstas do regimento escolar que podem ser aplicadas dependendo do caso.

Na história da escola não consta nenhum caso que fosse necessário a intervenção da Superintendia de Ensino, que seria a última instancia para tentar a solução de conflitos extremamente graves.

Todas as questões de conflitos que necessitam de ajuda para sua resolução também são comunicados ao Conselho Escolar, que se reúne para que sejam tomadas as providências necessárias, tudo decidido coletivamente.

Paro (2001) exemplifica muito bem a prática democrática:

O local em que se realiza a educação sistematizada precisa ser o ambiente mais propício possível à prática da democracia. Por isso, na realização da educação escolar, a coerência entre meios e fins exige que tanto a estrutura didática quanto a organização do trabalho no interior da escola estejam dispostas de modo a favorecer relações democráticas. Esses são requisitos importantes para que uma gestão escolar, pautada em princípios de cooperação humana e solidariedade possam concorrer tanto para ética quanto para a liberdade, componentes imprescindíveis de uma educação de qualidade (PARO, 2001, p. 144).

A escola conta com o apoio da Superintendência de Ensino de Juiz de Fora para estar constantemente oferecendo uma formação continuada para os docentes e demais funcionários. Acontece semestralmente oficinas nas diversas áreas de atuação, e sempre que a direção/coordenação da escola verificar a necessidade, os gestores oportunizarão esses encontros.

7. AVALIAÇÃO

Falar de avaliação escolar sempre é muito complexo, pois envolve uma diversidade imensa de fatores internos e externos aos quais devemos levar em consideração.

Tomamos a liberdade de nos apropriarmos de Celso dos Santos Vasconcellos (1998), na perspectiva de uma “práxis transformadora” a avaliação deve ser considerada como um “compromisso com a aprendizagem de todos” e “compromisso com a mudança institucional”.

Ao pensar em avaliação, pensamos também em todo o processo que envolve o ato de “avaliar”, este pensamento nos impulsiona a refletir sobre a nossa prática cotidiana, nos questionarmos sobre o currículo e o planejamento que estamos desenvolvendo.

Conforme orientação do MEC (2004), através da Secretária de Educação Básica:

Na avaliação, o Conselho Escolar precisa considerar, “além do produto” expresso nas notas/menções dos alunos, o “processo” pelo qual se deu a aprendizagem. Este processo é revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão global da escola e, nela, situar o desempenho do estudante. (MEC/SEB, 2004, p. 38)

A Escola Estadual Prefeito Walter Trezza segue toda a legislação vigente com relação às formas de avaliação e tem como referência a Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, que em seu Art. 69 estabelece critérios para as escolas do estado de Minas Gerais:

Art. 69 A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, deve:

I - assumir um caráter processual, formativo e participativo;

II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica;

III - utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;

IV - fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;

V - assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

VI - prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;

VII - assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;

VIII - possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade. (SEE, 2012, p.17)

Ao início de cada ano letivo a escola utiliza a Avaliação Diagnóstica como instrumento norteador para elaboração de todo o planejamento anual.

As avaliações são aplicadas a cada bimestre, totalizando 25 pontos ao final, a distribuição destes 25 pontos fica a critério de cada professor, sendo que deverá ser aplicada uma única avaliação com um peso maior, por exemplo, 13 pontos.

Desta maneira entendemos que o professor poderá avaliar o aluno no decorrer de todo o bimestre, sendo possível aplicar uma atividade avaliativa sempre ao término de novo conteúdo.

Para uso desta avaliação o professor pode usar recursos como apresentação de trabalho individual ou em grupo, seminários, plenárias, e tantos outros que puder utilizar para enriquecer sua disciplina.

Ao final dos bimestres realizamos os Conselhos de Classe e a análise dos resultados são instrumentos valiosos para o replanejamento.

Durante os Conselhos de Classe temos também a oportunidade de realizarmos no coletivo uma autoavaliação, visto que é fator primordial para consolidar os dados avaliados dos alunos.

Ao final do ano letivo o aluno deverá ter conseguido uma média de 60 pontos para sua aprovação.

Até o momento percebemos que os instrumentos usados pelos docentes atende as expectativas tanto dos alunos como da família e que entendemos que a avaliação é um processo contínuo e permanente.

Todos os resultados obtidos são estudados para que sejam levantados os dados suficientes para a confecção de planos de ação na busca de soluções para os problemas diagnosticados.

Ressaltamos que os resultados obtidos nas avaliações externas são essenciais para se ter um apanhado geral da escola/aluno e são usadas para atender/atingir uma educação com mais qualidade e significado.

Existe a preparação de um momento especial, em um das reuniões pedagógicas, e todos os dados obtidos e recebido pela direção/coordenação são apresentados para todos e analisados de acordo com sua escala de proficiência.

Após esta reunião ficam expostos também os resultados da escola para que os pais possam ter conhecimento de como está a escola de seu (a) filho (a).

Destacamos que é preciso também considerar que o processo de avaliação além de envolver a avaliação de aprendizagem dos alunos envolve o trabalho do professor, o que vai subsidiar a avaliação institucional.

A avaliação institucional, segundo Souza (2005), dá um grande suporte para gestão da escola para que a mesma possa se organizar de maneira a solucionar/incrementar ações no processo pedagógico/administrativo.

Na Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, a avaliação institucional ganha destaque desde seu planejamento até o seu produto final, pois o Conselho de Educação junto com aos demais conselhos que a escola que tem, preparam com cuidado os passos que vão desde o diagnóstico até as possíveis soluções para os problemas detectados e ações para a melhoria do conjunto educacional.

Ainda dentro do contexto de avaliação incluímos a avaliação de desempenho tanto dos profissionais da escola quanto da direção. Avaliar em toda e qualquer situação nunca é tarefa fácil, mas sabemos que é essencial para o desenvolvimento pedagógico/administrativo.

Nesta ocasião é realizada uma autoavaliação conjunta que busca analisar os aspectos positivos e negativos em relação ao viés pedagógico ocorrido durante o ano letivo.

Nesta autoavaliação o servidor responde sobre questões pontuais como: assiduidade, pontualidade, responsabilidade e outras. Terminado este momento, em outro dia a direção começa um momento individual, de posse da autoavaliação é feita na presença do servidor uma análise sobre o seu desempenho durante o ano. O funcionário tem a liberdade para concordar ou discordar sob o ponto de vista da direção.

Os diretores e coordenadores também passam pela avaliação juntamente com inspeção da superintendência responsável pela escola.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base toda leitura e prática até o momento propiciada pelo curso de Gestão Escolar na construção de uma Proposta Política Pedagógica eficaz e coerente, analisamos e discutimos todo o cotidiano da Escola Estadual Prefeito Walter Trezza.

Assim foi possível rever algumas questões pedagógicas e burocráticas e reafazer a trajetória profissional que até então vínhamos desempenhando dentro da escola.

Todo este embasamento teórico trouxe a tona mais uma vez a necessidade de uma Proposta Pedagógica coerente com a prática vivenciada e ressaltando sobre tudo a sua importância e necessidade para dar suporte a todo trabalho desenvolvido na escola.

Através de autores como Cury, Dourado, Souza, Veiga e outros, conseguimos concluir este trabalho e trazer para a Escola Estadual Prefeito Walter Trezza várias possibilidades que conduzem à prática democrática.

Tais possibilidades são importantes uma vez que toda escola passa a trabalhar em busca de objetivos comuns.

Como sugestão, fica a possibilidade de aderirmos na escola uma Escola de Pais, onde iremos propor discussões que hoje atordoam o trabalho docente, como violência, bullying, drogas entre outras sugestões trazidas pelos pais.

Propor que haja realmente um trabalho envolvendo Escola e a comunidade e que este trabalho se faça presente dentro e fora da escola.

Mais uma vez nos apropriamos das ideias de Celso Vasconcellos (2002), que nos diz que o projeto político-pedagógico pode ser entendido:

Como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2002, p. 169).

Fica claro que todas as questões propostas no Projeto Político Pedagógico devem levar em consideração o seu ator principal, o aluno, que conforme previsto nas legislações educacionais e na própria Constituição Federal, todos os cidadãos

têm direitos de acesso e permanência na escola e cabe a esta instituição preservar e garantir que este direito seja resguardado.

9. REFERÊNCIAS

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: file:///E:/Cris/Tempo_de_escola_e_qualidade_na_educacao_publica_Ana_Maria_Cavaliere.pdf. Acesso em 15/08/2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 29/06/2014.

DELORS, Jacques (Coord.). **Os quatro pilares da educação**. In: *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortezo. p. 89-102.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em 29/06/2014.

ESCOLA ESTADUAL PREFEITO WALTER TREZZA, **Projeto Político Pedagógico**. Maripá de Minas, MG. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 08/07/2014.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança**. São Paulo, Libertad, 1998.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e Projeto Político Pedagógico**: Uma Relação regulatória ou Emancipatória? Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20/07/2014.

